

RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.591 - SC (2019/0328265-6)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
RECORRENTE : **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**
ADVOGADOS : **JAIME OLIVEIRA PENTEADO - SC017282A**
MATHEUS PINTO DE ALMEIDA - RJ172498
THIAGO RAVELL SANTOS - RJ183844
RECORRIDO : **JEAN MACEDO DE MORAES**
ADVOGADO : **FABRÍCIO ROZZA - SC028626**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 580 DO STJ. PAGAMENTO TEMPESTIVO REALIZADO ADMINISTRATIVAMENTE. ATUALIZAÇÃO. INVIABILIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto pela SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA.

INSURGÊNCIA DO AUTOR.

PLEITO DE REFORMA DA DECISÃO RECORRIDA A FIM DE OBTER O PAGAMENTO DO REAJUSTE MONETÁRIO INCIDENTE SOBRE A INDENIZAÇÃO PAGA EXTRAJUDICIALMENTE. VIABILIDADE. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE O VALOR DEVIDO QUE DEVE INCIDIR DESDE A DATA DO EVENTO DANOSO. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 580 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REFORMA DA SENTENÇA QUE SE IMPÕE.

ARGUMENTO DE NECESSIDADE DE MODIFICAÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. REJEIÇÃO. ÊXITO MÍNIMO DO DEMANDANTE CONCERNENTE APENAS À DIFERENÇA EXISTENTE ENTRE O VALOR CORRIGIDO DESDE O EVENTO DANOSO E AQUELE PAGO

ADMINISTRATIVAMENTE. RECONHECIMENTO DE INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA QUE NÃO IMPLICA EM MODIFICAÇÃO SIGNIFICATIVA DO PROVEITO ECONÔMICO CAPAZ DE ENSEJAR A CONDENAÇÃO DA DEMANDADA À VERBA DE SUCUMBÊNCIA. INTELIGÊNCIA DO ART. 86, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015, E DA SÚMULA 41 DO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL DO TJSC. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram acolhidos, sem modificação do julgado, para esclarecer que a atualização monetária incide sobre o pagamento realizado dentro dos 30 dias previstos em lei para a regulação do sinistro (fls. 258/265).

No recurso especial, a recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao art. 5º, §§ 1º e 7º, da Lei 6.194/74, defendendo não incidir correção monetária entre a data do sinistro e a do pagamento administrativo quando a seguradora observa os prazos legais previstos em lei específica.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 314).

É o relatório.

Passo a decidir.

O recurso especial merece prosperar.

O acórdão recorrido negou provimento à apelação da ré sob o seguinte fundamento:

O apelante almeja a reforma da sentença recorrida a fim de obter a condenação da seguradora apelada ao pagamento da atualização monetária dos valores recebidos administrativamente a contar da data do evento danoso.

Depreende-se dos autos que a apelada, na fase extrajudicial, adimpliu ao apelante o valor R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), importe que equivale ao grau de incapacidade apurado pela perícia judicial, qual seja de 17,5% (dezessete e meio por cento) da cobertura total (quesito VI - p. 207).

Embora a quantia paga administrativamente corresponda ao percentual (17,5%) a que efetivamente faz jus o apelante, extrai-se que o pagamento administrativo considerou

apenas o valor nominal, ignorando o consectário legal da correção monetária.

Imperioso destacar que o tema da correção monetária nas ações de seguro obrigatório Dpvt já foi apreciado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Representativo da Controvérsia n. 1.483.620/SC, no qual se decidiu, por unanimidade, fixar a incidência da atualização monetária desde a data do evento danoso. Veja-se:

(...)

Em razão do entendimento sedimentado na jurisprudência, o STJ editou a Súmula 580 que prevê que "a correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso".

No mesmo sentido, são os recentes precedentes desta Corte: Apelação Cível n. 0320101-59.2016.8.24.0008, de Blumenau, rel. Des. Joel Figueira Júnior, Quarta Câmara de Direito Civil, j. 2-5-2019; Apelação Cível n. 0306301-36.2017.8.24.0005, de Balneário Camboriú, rel. Des. Paulo Ricardo Bruschi, Primeira Câmara de Direito Civil, j. 25-4-2019; Apelação Cível n. 0300410-98.2017.8.24.0113, de Camboriú, rel. Des. Rubens Schulz, Segunda Câmara de Direito Civil, j. 25-4-2019; Apelação Cível n. 0304408-08.2017.8.24.0135, de Navegantes, rel. Des. Cláudia Lambert de Faria, Quinta Câmara de Direito Civil, j. 9-4-2019.

Portanto, o apelante tem direito à complementação do valor adimplido administrativamente, que deve ser apurado da seguinte forma: a) o valor nominal de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) deve ser atualizado monetariamente desde o evento danoso (23-5-2017, p. 14) até a data do pagamento administrativo (15-10-2017, p. 55); b) do valor atualizado, deve ser descontada a quantia paga administrativamente (p. 55).

Apurada a diferença devida (item "b"), deve haver nova incidência da correção monetária, a contar do pagamento administrativo até o efetivo adimplemento da condenação imposta, além de juros de mora, de 1% a.m. (um por cento ao mês), nos termos da Súmula 426 do STJ.

Com efeito, a 2ª Seção do STJ, em sede de julgamento de recurso especial

representativo de controvérsia, firmou a tese de que "A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso" (REsp 1.483.620/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe de 02/06/2015).

Ocorre que a incidência da correção monetária desde o evento danoso, nos termos do previsto no recurso especial repetitivo, somente ocorre nas hipóteses de descumprimento do prazo legal para o pagamento (art. 5º, § 7º, da Lei 6.194/74).

Nesses termos, cita-se ainda:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 580/STJ. PAGAMENTO TEMPESTIVO REALIZADO ADMINISTRATIVAMENTE E EM VALOR SUPERIOR AO EFETIVAMENTE DEVIDO. ATUALIZAÇÃO. INVIABILIDADE. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A Súmula 580/STJ dispõe que "a correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso."

2. A correção monetária incidirá somente nas hipóteses em que a indenização securitária não for paga no prazo legal, de modo que a mora da seguradora imponha a reparação das perdas ensejadas pela inflação e a recomposição do seu montante efetivo ao longo do tempo.

Na espécie, a indenização foi feita tempestivamente e em quantia superior à efetivamente devida, tornando inviável a atualização monetária.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1338095/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/10/2018, DJe 05/11/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA PARTE REQUERENTE.

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, a indenização do seguro DPVAT deverá ser acrescida de

correção monetária somente quando não for paga em até 30 (trinta) dias, contados da entrega dos documentos. Incidência da Súmula 83/STJ.

2. Para se rever a conclusão das instâncias ordinárias - no sentido de que a indenização foi paga no prazo legal - seria necessário o reexame do contexto fático-probatório dos autos, atraindo o óbice da Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1279802/SE, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/05/2019, DJe 17/05/2019)

Por não estar em sintonia com o entendimento desta Corte, merece reparos o acórdão recorrido no ponto.

Diante do exposto, dou provimento ao recurso especial para afastar a correção monetária sobre a indenização do seguro DPVAT.

Advirto que a apresentação de incidentes protelatórios poderá dar azo à aplicação de multa.

Intime-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator